

# PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO COLETIVO DE TRANSFORMAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR<sup>1</sup>

José Misael Ferreira do Vale

Professor Assistente Doutor do Departamento de  
Educação da Faculdade de Ciências – Unesp/Bauru.

Em 1993, o conhecido educador Paulo Freire, questionado sobre o tema do sonho, da utopia e da esperança em educação, foi peremptório: não seria possível, tanto no plano pessoal como no coletivo, escapar ao sonho, sonho visto não como alucinação ou fantasia, mas sonho como projeto, como vontade de construir o novo, o não-existente, como ação efetiva de tornar realidade o desejo de muitos, como intencionalidade, como consciência de algo que exige envolvimento das pessoas em função de objetivos e metas. Paulo Freire, na oportunidade, tinha claro que o projeto é a marca da liberdade humana de querer mudar e transformar a realidade natural e social existente, em oposição, certamente, a projetos imobilistas hegemônicos, que pretendem preservar as relações sociais existentes. Por isso a tarefa do educador, segundo a perspectiva de Paulo Freire, deveria se pautar pela denúncia das injustiças sociais e pelo anúncio das possibilidades de se construir um mundo melhor a ser compartilhado por todos. O projeto visa, em essência, dizia o educador, ao futuro ainda não-existente, mas possível de se tornar realidade. Mas (e sempre há um mas) o insigne educador fazia, também, na oportunidade, um alerta fundamental. O futuro não está dado, isto é, o futuro não existe como algo já pronto, acabado, bastando apenas alcançá-lo ou dele se apropriar. O futuro é resultado do que as pessoas quiserem que ele venha a ser. O futuro é construído, quase sempre, à custa de muito “sangue, suor e lágrimas”, para usar a expressão que sinaliza a saga anarquista. Este aspecto é fundamental para entender o conceito de projeto como possibilidade pensada, planejada, em função de um futuro problemático, incerto e não dado aprioristicamente.

1. Originalmente publicado em: BICUDO, Maria Viggiani; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. (Org.). **Formação do educador e avaliação educacional**: conferências, mesas-redondas. São Paulo: Editora Unesp, 1999. (Seminários e Debates, v. 1).

É bom que se diga que o futuro não acontecerá se as pessoas não quiserem que aconteça, isto é, que ele se torne realidade. Paulo Freire tinha por certo que a sociedade democrática não se tornaria um fato da realidade se o ser humano não desejasse e lutasse para que a sociedade se tornasse democrática. Todo o drama humano, digo eu, resume-se em querer ser, isto é, em querer se realizar como pessoa e como coletivo, em ser livre, autônomo, emancipado e responsável. A luta imemorable do ser humano contra o processo de alienação e as formas degradadas de vida significam, no limite, a luta por uma sociedade verdadeiramente humana. O processo de humanização fica, sempre, como o horizonte visível da luta pela emancipação do ser humano. Todo *projeto* terá que ser contemporâneo dessa luta para ser, dessa luta para se tornar sujeito da história e construtor de seu próprio destino. É nesse sentido que algumas frases aparentemente desconexas adquirem significado. Cito duas exemplares: “O sonho de muitos é o começo da realidade” e “Seja realista, exija o impossível”. Em ambas há implícita a ideia de *projeto*, futuro, sonho, contexto e *luta para ser*.

Estas considerações iniciais são importantes para que não se percam de vista as possibilidades e os limites dos projetos sociais e educacionais. Vale a pena ressaltar que falar em projeto significa pensar na utopia não como o lugar do impossível, mas como o espaço do dever ser possível que, de início, pode parecer imaginoso ou desmedido. Não se deve esquecer a clássica afirmação de um pensador ligado à prática social de que “o ser humano propõe unicamente problemas que poderá resolvê-los”, embora se saiba que a solução de muitas questões humanas demandará, certamente, muito esforço, muita luta, muito ranger de dentes, muita oposição e muito conflito em decorrência de interesses opostos inerentes a uma sociedade de classes. Todo projeto é, portanto, uma tomada de posição diante da realidade natural, social e humana. E, nesse sentido, sempre um processo avaliativo em relação ao existente. O projeto, ao propor uma realidade, sempre se põe a favor ou contra algo existente com base em alguma verificação da “realidade rebelde” que desafia o ser humano. Portanto, ao se falar em projeto fala-se, ao mesmo tempo, numa avaliação do que está posto (para negá-lo ou afirmá-lo) com base em informações, percepções, deduções, análises, intuições etc. Daí se ter o cuidado de analisar o projeto do ponto de vista de sua ideologia ou de sua intencionalidade.

Seria falso eliminar dos projetos o conteúdo ideológico. Todo projeto traz em si uma concepção de ser humano e uma concepção de sociedade, mesmo quando finge passar por não-ideológico. Umberto Eco viu muito bem a questão: eliminar a ideologia é uma atitude ideológica, da mesma forma que Aristóteles dizia que o cético Crates percebera rapidamente que não podia afirmar que não se pode saber nada porque a sua fala envolvia uma afirmação, portanto um conhecimento, contrariando a própria posição. Conta-se que Crates, ao perceber a contradição, nada mais dizia, contentando-se apenas em mover os dedos. Aristóteles foi

além, afirmando que nem isso Crates poderia fazer “porque o movimento do dedo exprime uma opinião, e o cético não pode ter opiniões” (BOCHENSKI, 1971, p. 37).

Entendo que os projetos devem explicitar sua concepção de ser humano e de sociedade e indicar claramente as tarefas por fazer. Procedendo-se assim, evitar-se-ia enorme perda de tempo para se descobrir a intencionalidade real dos projetos. É por isso que o projeto pedagógico é sempre um projeto político-pedagógico na medida em que realiza opções, toma partido diante da realidade existente e diz (ou deveria dizer) a que veio de maneira transparente. Essa atitude de definição em relação aos fins e valores evidencia que o projeto, seja social, educacional, político, individual, será sempre um instrumento de ação e, nesse sentido, terá de se definir em termos não apenas teleológicos (em função de fins), axiológicos (em função de valores), mas, também, em termos políticos (em função do sentido social e abrangência), sociais (em função de prioridades) e científicos (em função do conhecimento existente).

Resumindo, diria: todo projeto é ação consciente voltada para a criação de uma realidade futura. É ação consciente porque planejada tendo em vista o futuro. É sempre um misto de realidade e supra-realidade, isto é, algo além da realidade existente que pretende transformar. Nesse sentido, o projeto é transcendência, pois postula algo além do existente *hic et nunc*. É da natureza, é próprio do projeto, não se contentar com o presente com o qual se convive. Projetar é lançar-se ao futuro incerto ou pelo menos problemático. É preciso ter em mente que o projeto, ao questionar o presente, insatisfeito com a situação existente, torna-se referencial crítico, questionamento do contexto existente, avaliação do *status quo*.

Como a existência humana, o projeto jamais toma forma definitiva, acabada, porque todo projeto, como a existência, não escapa à historicidade, à contingência de um mundo em constante transformação. O projeto é, em síntese, a maneira de superar o contexto existente criando o novo pela razão, emoção e ação. É a maneira como os humanos respondem à situação, ao contexto em que vivem. É a possibilidade de alterar o existente. Longe, portanto, da ideia de que a história se acabou, o projeto é a possibilidade de o ser humano se lançar na direção do futuro e de suas possibilidades.

Com base no conceito de projeto anteriormente explicitado será possível alinhar alguns pontos importantes relacionados à prática pedagógica. Ei-los:

1º O professor necessário para os dias atuais precisa ter uma formação técnica e política que lhe permita perceber que a escola fundamental e média é o único espaço cultural possível para os filhos das camadas populares. Agora, mais do que nunca, o projeto político-pedagógico da escola terá de pensar e concretizar a qualidade para a quantidade. E qualidade do ensino se consegue única e exclusivamente com professores bem formados. A formação inicial dos professores é crucial para se evitar o desperdício de dinheiro e esforços.

Costumo dizer aos alunos em tom de ironia que se o Satanás visitasse o Brasil certamente levaria bela lição. Por quê? Porque o Estado vem, de longa data, “privatizando o público”, para usar a feliz expressão de Anísio S. Teixeira, e, nesse diapasão, vem transferindo para a iniciativa particular a responsabilidade da formação inicial do professor. A grande maioria dos licenciados provém das escolas particulares. Acontece, porém, que o Estado, apesar da privatização, continua a ser o grande empregador. A contradição se instala no âmago do sistema. O Estado delega politicamente uma função estratégica a terceiros e depois se vê obrigado a fazer empréstimos onerosos para financiar o processo de requalificação docente, acionando a universidade pública e privada, além de empresas particulares especializadas em qualificação profissional, realimentando, assim, o processo de privatização da educação no país. Tudo indica que, sem uma formação inicial que dê base mínima de conhecimento numa determinada área de conhecimento, qualquer processo de educação contínua ou em serviço corre o risco de não surtir o efeito desejado por falta de raízes essenciais que permitam progressos significativos. Não se trata de culpabilizar o professor, mas responsabilizar o sistema perverso que transforma a vítima em réu para se eximir das responsabilidades sociais.

2º Em tempos de globalização, quando a hegemonia parece avassaladora e irresistível, o educador precisa ser educado para perceber que “as circunstâncias fazem o ser humano, mas os seres humanos fazem as circunstâncias”. Nada é imutável quando as pessoas se organizam como coletivo, transformando as ideias em força prática. O horror da exclusão terá fim quando as pessoas não aceitarem a exploração, a corrupção, a desonestidade e outros comportamentos não adequados socialmente, tidos e havidos como “eternos” e “naturais”. É preciso ver claro que o neoliberalismo “é o capitalismo sem escrúpulos”, que faz do cinismo a sua marca registrada com base na lógica do “levar vantagem em tudo” e exigir dos outros aquilo que o sistema não aplica a si próprio. É preciso desregular a economia (dos outros), é necessário romper as fronteiras (dos outros), é fundamental abrir os mercados (dos outros), é essencial minimizar o Estado (dos outros), é imprescindível ajustar a economia (dos outros), é fundamental modernizar o trabalho (dos outros), é urgente fomentar a competência (dos outros), sem levar em consideração os diferentes contextos de desenvolvimento e os graus de subordinação histórica da quase totalidade de povos que lutam desesperadamente para romper com os altos índices de pobreza, miséria e subdesenvolvimento. Exigir eficiência e eficácia das nações quando há diferenças enormes no ponto de partida é fazer da competição uma farsa e da qualidade, um embuste.

A retomada de valores como a dignidade, a solidariedade, a justiça social, o companheirismo, a participação, a transparência e a decência (hoje considerados pela lógica social imperante como quixotescos), seria essencial para a formação intelectual e moral da juventude.

de. Não se trataria de uma “moral de conveniência”, mas de aspecto importante da formação do caráter que, aliado ao domínio do conhecimento significativo e da consciência política, poderia gerar um aluno novo, comprometido com a construção de uma nação autônoma e um mundo justo. Assim, parece-me, o projeto pedagógico se identifica com o projeto político. O conhecimento significativo, erudito, articula-se com as finalidades e valores e com as diferentes formas de expressão. A educação escolar adquire, em contrapartida, importância decisiva neste mundo em transformação. Será preciso pensar, portanto, num projeto político-pedagógico coletivo que leve em conta o processo de apropriação do conhecimento sistematizado, utilizando-se de métodos pedagógicos vivos a partir da realidade do aluno, fazendo da prática social o ponto de partida e chegada do processo educativo formador. Em suma, o alvo da educação escolar será fazer com que o aluno se torne contemporâneo de seu tempo, viva intensamente o seu tempo e sua cultura e compartilhe com outros a tarefa de solução das questões cruciais de sua época, com conhecimento, determinação e discernimento.

3º O centro de qualquer projeto político-pedagógico legítimo será o processo de formação do aluno. A formação do aluno deverá ser o critério básico para se decidir sobre o essencial e o acessório em termos de educação escolar. Uma sugestão, um livro, uma orientação, um método, um conteúdo, um valor, uma atitude etc. serão incorporados ao projeto pedagógico se, e somente se, forem essenciais à formação do aluno. Caso contrário, deverão ser descartados porque não-essenciais ou redundantes. O que se quer é formar o aluno competente no uso do conhecimento sistemático, crítico em relação ao contexto, consciente no uso de diferentes linguagens, criativo, autônomo intelectual e moralmente, capaz de usar a liberdade com responsabilidade em decorrência da consciência dos limites, e emancipado porque capaz de analisar e julgar as questões como ser reflexivo.

4º O projeto político-pedagógico dirigido à formação do futuro professor-formador terá que se estruturar em torno de uma educação multilateral, uma educação com forte componente científico e tecnológico articulada a uma cultura humanizante que potencialize o desenvolvimento do ser humano em vários sentidos. Isto não significa inchar os currículos com um sem-número de disciplinas, mas balanceá-los em termos de uma visão arquitetônica do ser humano que leve a sério a ideia de educação integral capaz de articular, num todo consistente, muitas habilidades humanas não necessariamente contraditórias entre si. Daí a necessidade de se pensar numa licenciatura que, ao lado do conhecimento específico da área, incorpore ao projeto pedagógico outros componentes curriculares potencialmente formadores como a comunicação, a informática, as ciências sociais, as artes etc.

5º O projeto político-pedagógico em qualquer nível considerado (ensino fundamental, médio ou superior) precisa ser implementado em função de uma cultura democrática que rompa com o autoritarismo docente e o autoritarismo burocrático da organização escolar

sem que se destrua o respeito entre docente e aluno, docente e docente e direção da escola. Nesse sentido duas ações seriam fundamentais e imprescindíveis:

- ★ recuperar o trabalho docente em sala de aula construindo uma prática pedagógica centrada na participação do aluno, no ensino solidário, na cooperação consciente, na análise da realidade vivencial do aluno e sua prática social, incorporando a tecnologia disponível ao ambiente escolar e revendo os critérios de avaliação do aluno com valorização do seu desempenho no processo de assimilação e apropriação dos conteúdos escolares e culturais;
- ★ tornar realidade o trabalho coletivo em termos de direção do empreendimento escolar, no sentido de romper com o centralismo burocrático e caminhar para a autogestão de cursos e escolas, tomando a formação do aluno e o projeto político-pedagógico como referências maiores nas avaliações da ação educativa.

Os princípios e pressupostos acima evidenciados esbarram em alguns problemas e limites que me fazem pessimista diante do atual contexto político-social. Há inúmeras pedras espalhadas pelo caminho que tornam a caminhada difícil, quando não arriscada, no momento da implementação do projeto pedagógico. Eis alguns pontos que merecem destaque:

- ★ o forte individualismo próprio do sistema hegemônico imperante na sociedade e nas diferentes instituições joga pesado contra qualquer ação voltada para a ação coletiva. Criar uma vontade coletiva passa a ser um desafio quando se privilegia a ação individualizada em detrimento do esforço de muitos em função de objetivos comuns;
- ★ o autoritarismo, cuja origem remonta à Colônia, foi reforçado pela cultura escravagista imperante no Império, retomado, após a República da Espada, pela aristocracia rural da República Velha. A situação, que parecia se alterar com a Revolução de 30, recoloca o estilo autoritário com o advento do Estado Novo (ditadura getulista). Após a queda de Getúlio Vargas, o populismo, incapaz de se transformar em popular, cede lugar ao golpe de 1964, continuando a tradição autoritária até nossos dias. Essa tradição autoritária é tão forte que qualquer gestão democrática é desde logo desqualificada como fraca e inoperante, agindo como desmobilizadora da ação coletiva e minimizadora da cultura democrática;

- ★ a cultura da desigualdade faz parte do senso comum gerado pelo sistema hegemônico. Só os competentes, os eficientes, os melhores, os qualificados terão direito às oportunidades geradas pela sociedade. A competição é o mecanismo apropriado para estimular o individualismo e a ideologia do sucesso. As diferenças sociais são “naturais”, cabendo a cada um encontrar as formas adequadas de sobrevivência. A exclusão social surge como inevitável num contexto em que impera o “darwinismo social”. A ideologia da incompetência (dos outros) se encarrega finalmente de culpabilizar os deserdados.
- ★ a cultura organizacional burocrática dominante se encarrega de centralizar o poder de estabelecer diretrizes e normas e alocar recursos e descentralizar a execução, perpetuando a subordinação. Com isso se fortalece a verticalidade nas decisões entre superior e subordinado em prejuízo das decisões colegiadas horizontalizadas.
- ★ a tendência em ver a escola como empresa gera uma administração dura, impessoal, centrada em objetivos de eficiência e competitividade preocupada em atingir resultados a qualquer preço. O cidadão é substituído, rapidamente, pelo cliente, e o produto será comprado e não conquistado como direito da pessoa e dever do Estado;
- ★ a tendência centralizadora, burocrática e autoritária tende a impor, de modo prussiano, as normas, currículos, determinações etc., como se fosse possível mudar radicalmente a realidade por decreto sem levar em consideração as pessoas. A cultura autoritária gera resistências notáveis às mudanças vindas pelo alto, criando a consciência clara de que o que é imposto não deverá ser aceito. A experiência organizacional tem evidenciado que quando os professores não são ouvidos torna-se difícil a identificação com as decisões tomadas pelo alto. De igual modo, quando os alunos não são ouvidos e não têm poder de fala, o ensino corre na contramão. De forma geral a indisciplina, o desrespeito e a agressão resultam da não-participação discente;
- ★ as constantes reformas têm o condão de desmobilizar os educadores, desviando os docentes de sua função maior, o ensino e a formação dos alunos. Quando os docentes começam a se organizar em termos didáticos e políticos, a fúria legislativa do poder hegemônico desloca a atenção do professor de seu trabalho em sala de aula para

problemas de interpretação, análise e compreensão das novas normas. Instala-se a descontinuidade no trabalho docente em prejuízo da formação do aluno;

- ★ a educação começa a ser problemática para as estruturas de poder quando as camadas populares e médias baixas começam a exigir ensino de qualidade, que vai além do mero atendimento quantitativo. Nesse ponto de inflexão a visão cartesiana dicotômica da realidade não permite a compreensão da realidade como unidade da diversidade. Perde-se a visão do todo, esquecendo-se a complexidade de pares relacionados, como quantidade-qualidade, objetivo-subjetivo, interno-externo, continuidade-ruptura, conteúdo-forma etc., distintos entre si mas inseparáveis para efeito de análise e síntese da realidade natural e social.

Por tudo isso que se disse, a ideia de projeto político-pedagógico como construção coletiva, que balizaria a identidade de cada curso ou escola, parece-me uma empreitada necessária, mas difícil e problemática. Na verdade, como diria o poeta, há muita pedra no caminho para se chegar à autogestão da escola no Brasil. Oxalá, nós, professores, estejamos enganados. Mas vale a pena lutar, quando a alma não é pequena, para usar a expressão do poeta. Fico por aqui, agradecendo a atenção de todos.

## REFERÊNCIAS .....



BOCHENSKI, J. M. **Diretrizes do pensamento filosófico**. São Paulo: Herder, 1971.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1989.

MARX, K. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1992.

TEIXEIRA, A. S. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.